



Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos,

Justificativa do pedido de vistas da proposta de resolução que “Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”, que foi apresentada na 40ª Reunião Extraordinária do CNRH, no dia 08 de março de 2018.

Os representantes do setor de irrigação solicitaram vistas ao processo em questão fazendo a justificativa verbal durante a 40ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH. No entendimento do setor a proposta apresentada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco- CBHSF não levou em conta as especificidades do setor.

O pedido de vistas objetivou chamar a atenção da plenária do CNRH para a alteração dos mecanismos de cobrança propostos pelo CBHSF. Entendemos que a proposta onera de forma desigual o setor d da irrigação frente aos demais setores.

Os aumentos propostos pela nova metodologia podem ultrapassar os 600% de aumento para os irrigantes. Para contextualizar nossa visão do problema iremos fazer um pequeno histórico da tramitação da proposta nos diversos fóruns de discussões da matéria. Após a contextualização traremos alguns pontos do parecer da Agência Nacional de Águas- ANA que analisa a proposta do comitê,

Ao longo de 2017 ocorreram reuniões mensais da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC até junho. Assuntos recorrentes eram:

- A necessidade de se ampliar e atualizar o instrumento da PNRH de cadastro de usuários;
- O impacto da metodologia apresentada em termos de aumento do ônus para o irrigante;
- O caminho inverso feito, partindo do valor necessário de arrecadação para a definição dos valores de cobrança;
- A necessidade de aumento de PPU para todos os setores;
- A inadequação da proposta, muito prejudicial para os irrigantes, e necessidade de alteração.

Ao tomar conhecimento do mecanismo proposto e ao fazer as análises financeiras da nova metodologia os representantes do setor perceberam uma grande discrepância com os demais setores. Ficou evidente que o setor da irrigação foi o grande afetado com a alteração do mecanismo.



Sendo assim o setor fez algumas reuniões de alinhamento para colher subsídios para a elaboração de propostas para adequação da metodologia. Um dos pontos mais criticados pelos irrigantes é que o coeficiente chamado de K_{rural} , que equaciona os valores pago pelo setor, foi alterado de 0,025 para 1. Desta forma os valores pagos aumentariam em 40 vezes.

Um ponto que devemos ter em mente é que os volumes de água utilizados pelos irrigantes têm escala diferente dos demais usos. Enquanto indústrias e saneamento utilizam as escalas de litros por segundo em seus projetos à irrigação trabalha normalmente com metros cúbicos por segundo. E esta diferenciação não é simplesmente por uma questão de formulas mais sim pelos grandes volumes exigidos pela produção agropecuária. Este grande volume não é uma exclusividade brasileira, é assim em todo o mundo, a irrigação é o maior usuário de água.

Outro ponto importante de se destacar é que o setor é tomador de preço, ou seja, o preço dos produtos vendidos pelo setor é regido pelo mercado, independente do custo de produção. Outros setores, como o de saneamento, a grande maioria das concessionárias de água e esgoto do país repassa 100% da cobrança ao consumidor final, não impactando os custos destas empresas

O estudo da OCDE, encomendado pelo ANA, denominado ***“Cobrança pelo Uso de recursos Hídricos no Brasil”*** mostra claramente que a irrigação possui uma diferenciação nos valores pagos em relação aos outros setores em todo o mundo. Esta realidade fica mais evidente em países com área agrícolas mais relevantes. Portugal, por exemplo, a Irrigação paga EUR\$ 0,0032/ m³ já o abastecimento urbano paga EUR\$ 0,015/ m³.

Todos estes pontos foram apontados durante as reuniões da câmara técnica do comitê e todas as argumentações foram desconsideradas pela câmara técnica. Desta forma o setor de irrigação, dentre os usuários, foi o único que teve os valores aumentados de forma significativa.

Em 25 de agosto de 2017, ocorreu em Brasília (DF) a Plenária Extraordinária do CBHSF, tendo a cobrança como principal item de pauta. Havia pressão e intenção da diretoria e alguns membros do CBH para que a proposta passasse e seguisse com urgência para o CNRH para possivelmente ser aplicada a metodologia já em 2018.

Os representantes do segmento de usuários / irrigantes, José Cisino (AIBA), Ana Paula Mello (FAEMG) e Adson Ribeiro (Associação do Rio São Pedro) se pronunciaram argumentando contrariamente à proposta. Houve solicitação, que foi negada, para retorno à CTOC evitando conflitos e buscando equilíbrio. Os representantes do setor, além do senhor Jadir Silva Oliveira (SIAMIG), solicitaram vistas ao processo. Mais uma vez o setor teve o pedido. E a proposta foi aprovada pelo plenário e enviada ao CNRH.



Ao chegar ao Conselho Nacional a proposta foi analisada na reunião da CTCOB ocorrida nos dias 10 e 11 de outubro de 2017. Nesta oportunidade algumas associações e irrigantes do Vale do São Francisco compareceram à reunião para defender posicionamento contrário a proposta aprovada na Plenária do Comitê.

A metodologia foi apresentada detalhadamente para o setor de irrigação. A Agência de Bacia trouxe vários exemplos dos custos da água para a irrigação. Para os casos da indústria e saneamento não foram apresentados casos específicos.

As alterações e proposições apresentadas pelo setor durante a reunião foram desconsideradas. O aumento médio da cobrança que incidirá sobre o irrigante é exorbitante. Como exemplo podemos citar o caso do irrigante do município de Paracatu que produz soja e milho e atualmente paga R\$ 4.710,80. Pela nova metodologia passará a pagar R\$ 21.355,64. Um aumento de 620%.

Mesmo que os valores relativos ao setor estejam defasados este tipo de aumento é inadmissível. Não é razoável um aumento desta magnitude de um ano para outro. Outro ponto importante de se destacar é a falta de efetividade da aplicação dos recursos. O irrigante não percebe nenhuma melhoria nas condições do rio e não veem ações do comitê que justifiquem os valores pagos. Este é um dos principais problemas, inclusive apontados pelo estudo da OCDE em relação à cobrança no Brasil.

Quando a CTCOB analisa as propostas de alteração de mecanismos de cobrança ou propostas de reajustes o parecer da Agência Nacional de Águas- ANA sobre a proposta é a base técnica utilizada pelos membros da câmara.

A nota técnica foi apresentada apenas na segunda reunião da CTCOB e traz vários questionamentos sobre o mecanismo de cobrança proposto pelo comitê. Tomamos a liberdade de trazer os principais pontos que entendemos ser importante para esclarecimento da posição dos irrigantes uma vez que documento detalha toda a proposta de alteração de mecanismo de cobrança proposto pelo comitê.

Inicialmente os técnicos da ANA fazem ressalvas à proposta do Comitê em relação a cobrança pelo volume captado. Segue trecho do parecer da Agência questionando a metodologia proposta.

24. ... Entretanto, comenta-se que a inclusão de K_{out} , K_{med} e $K_{med\ extra}$ afasta a simplicidade do cálculo e dificulta o seu entendimento por parte dos atores do SINGREH.

25. Informa-se que o $K_{med\ extra}$ foi construído inicialmente pelos Comitês PCJ, e depois incorporado pelo CEIVAP e pelo CBH-Doce, com objetivo de desestimular as reservas de água. Entretanto, na ocorrência de eventos hidrológicos críticos de seca, com determinações pelo órgão gestor de restrições de uso da água



superiores a 30% do volume outorgado, o quociente $Q_{cap\ med}/Q_{cap\ out}$ necessariamente passa a ser inferior a 0,7. Nestas situações, foi verificado um efeito não desejado do $K_{med\ extra}$ em relação ao seu propósito inicial, pois o uso inferior a 30% do volume outorgado não se deu por vontade do usuário. Assim, para contornar este problema, o CBHSF definiu dispositivo apresentado nas alíneas “d” e “e” do art. 2º do Anexo I da Deliberação CBHSF nº 94/2017, descritas acima.

Ao tratar dos coeficientes de eficiência utilizados para a indústria e mineração, os técnicos da ANA questionam a eficiência do mecanismo adotado quanto a melhoria para o sistema de gestão de recursos hídricos:

37. Cabe ressaltar que a adoção dos coeficientes K_{int} e K_{ext} não traria benefícios à gestão de recursos hídricos que justifiquem os custos e dificuldades de implantação a serem superados.

38. Em primeiro lugar, as informações necessárias para operacionalizar o cálculo desses coeficientes não estão disponíveis no CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos. Assim, a aplicação dos coeficientes dependerá da disponibilização de informações confiáveis por parte do usuário junto à entidade delegatária, com posterior envio à ANA, para que em seguida as informações sejam inseridas manualmente no DIGICOB (módulo de cobrança da ANA).

Os mesmos questionamentos são feitos quando se trata dos coeficientes da irrigação. Sendo que para este setor a própria ANA já traz uma padronização das eficiências médias dos sistemas de irrigação. Mesmo que a resolução da Agência aponte os valores referencia para cada um dos sistemas o comitê adotou números contraditórios. A Resolução ANA nº 707, de 21 de dezembro de 2004, traz coeficientes de eficiências dos diferentes sistemas de irrigação variando de 0,05 (para o método mais eficiente: gotejamento: > 95%) a 0,5 (para o método menos eficiente: inundação: > 60%). Por sua vez o CBHSF adotou números que tratam de forma oposta à resolução da ANA uma vez que os sistemas menos eficientes de irrigação, segundo a ANA, tem os coeficientes redutores aumentados e os mais eficientes seus redutores diminuídos.

45.” o mecanismo definido pelo CBHSF apresenta algumas divergências na relação com as eficiências de referência dos métodos de irrigação definidas na Resolução ANA nº 707/2004, bem como das eficiências adotadas no REGLA (Tabela 3). A Tabela 4 apresenta os valores de $K_{sistema}$ propostos pelo CBHSF.

Seguindo a análise, os técnicos da ANA questionam a eficiência dos mecanismos adotados pelo comitê quanto ao manejo de solo e de irrigação para a melhoria da disponibilidade hídrica. A seguir o texto elaborado pela Agência Nacional de Águas sobre o tema.

48. Assim como apresentado anteriormente para o caso da Indústria, a adoção do coeficiente K_{manejo} apresenta dificuldade operacional para sua implementação por parte da ANA, pois a informação



necessária para operacionalizar o cálculo não está disponível no ARQUIVOCNARH. Assim, sua aplicação dependerá de comprovação por parte usuário junto à entidade delegatária, e posterior envio à ANA.

49. É consenso que boas práticas quanto ao uso do solo no setor agropecuário tem grande repercussão para a preservação dos recursos hídricos. A própria Política Nacional de Recursos Hídricos define como uma de suas diretrizes a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo. Entretanto, como exposto anteriormente, há que se avaliar a real capacidade do mecanismo em alterar o comportamento do usuário.

50. Ademais, ressalta-se que tal mecanismo não atinge empreendimentos agropecuários que não fazem irrigação ou não são grandes usuários de água, mas em conjunto possuem relevância quanto ao uso do solo, impactando os recursos hídricos da bacia.

Ao tratar do coeficiente de eficiência do saneamento os técnicos da ANA são taxativos ao informar que a proposta não traduz eficiência pra a gestão da Bacia. Também é feito o questionamento quanto a utilização e informações que não estão CNARH

55. A partir da Tabela 7, observa-se que as metas são muito pouco exigentes, mesmo considerando-se que índice de perdas médio da bacia atualmente seja elevado. Não parece razoável um desconto para a faixa $30 < PD \leq 40$, mesmo que na fase inicial do mecanismo.

56. Os usuários mostrados na Tabela 8 abaixo são os principais prestadores de serviço de abastecimento de água da bacia. Observa-se que, no geral, os prestadores de serviço de abastecimento de água na bacia apresentam índice de perdas na distribuição elevado, superiores a 30%, sendo que ainda assim terão a cobrança pela captação reduzida até o ano de 2022.

A nota técnica da ANA questiona também o coeficiente de consumo. Segundo técnicos da Agencia o coeficiente não traduz o conceito utilizado pelo próprio comitê ao adotar os valores consumidos pelos usuários com a finalidade de evitar outorgas superdimensionadas para uma reserva técnica de água.

64. Observa-se que foi definida a utilização apenas dos volumes segundo as outorgas para o cálculo do consumo. Esta regra não é compatível com o que foi definido para a cobrança da captação. Nas demais bacias que utilizam os volumes efetivamente realizados, o cálculo do consumo é realizado por meio dos volumes medidos, caso informados. Além disso, a utilização dos volumes outorgados para o cálculo do consumo praticamente anula a eficácia das regras estabelecidas nas alíneas "d" e "e" do Art. 2º do Anexo I da Deliberação CBHSF nº 94/2017 que tratam da cobrança pela captação na ocorrência de escassez hídrica, fatores hidrológicos e contaminações que provoquem restrições no uso da água.

Durante a análise dos índices de desconto para o consumo, os mesmo padrões privilegiam os métodos menos eficientes.



O que causou estranheza durante as discussões na Câmara Técnica de Cobrança foi o fato de que a Nota Técnica da ANA aponta todos estes problemas recomendando, ao final, a aprovação da proposta do comitê sem alterações. Ao ler a Nota técnica fica evidente que existem problemas de aplicação da metodologia e baixa efetividade para a gestão de recursos hídricos dos mecanismos propostos.

A dificuldade de aplicação dos mecanismos propostos pelo CBHSF é evidente. A dificuldade é evidenciada uma vez que será necessário um trabalho conjunto entre a ANA e a Agencia de Bacia para tentar definir como se dará aplicação, análise e a comprovação dos coeficientes propostos.

A maior preocupação é que estes mecanismos onerem tanto os produtores irrigantes como levem os custos do comitê referentes à cobrança. Desta forma tenderemos não gerando melhoria da disponibilidade e qualidade hídrica da bacia, que é em última instância o objetivo da cobrança.

Como ficou claro na exposição são vários problemas apontados pelo relatório da ANA em relação ao mecanismo aprovado pelo comitê além de não estar clara a eficiência destes mecanismos para a gestão de recursos hídricos.

A proposta do setor;

O setor de irrigação não quer se furtar a pagar os valores referentes à utilização da água. Este ponto é crucial para o entendimento geral de que o setor não esta pedindo uma anistia ou que seja tratado diferente de outros usuários. Nossa intenção é que os valores cobrados sejam justos e que tragam melhoria da gestão dos recursos hídricos e que possibilitem uma melhoria da qualidade e disponibilidade de água para a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Desta forma propomos que o coeficiente para o setor rural seja alterado e os demais índices sejam mantidos da forma que estão, mesmo entendendo que trarão altos custos de transação, principalmente para o Comitê.

Nosso entendimento é que o setor agrícola é tomador de preço e não consegue repassar os custos diretamente aos produtos vendidos. Desta forma o aumento do custo de produção tende a afetar diretamente a rentabilidade do setor. Sendo assim entendemos que o K_{rural} pode corrigir em partes a discrepância do aumento proposto, que pode chegar a 1000%.

Nossa sugestão é que os o valor referente ao K_{rural} seja igual a 0,5 e não 1 como é proposto. Com essa alteração ainda teríamos um aumento de 100% sobre a equalização concedida ao setor.



Entendemos que a adequação proposta sobre o K_{rural} não altera os mecanismos e nem as formulas propostos pelo Comitê. Sendo assim solicitamos ao Conselho que aprove a alteração proposta.

Proposta de redação para alterar a deliberação do Comitê de bacia:

O Parágrafo único do Art. 2º, do Anexo I, passa a ter a seguinte redação:

*K_{rural} = Coeficiente que leva em conta as particularidades dos usuários do meio rural (aquicultura e dessedentação animal). Para estes usuários, o **K_{rural}** assume valores específicos, como estabelecido no Anexo II da deliberação. Para os demais setores usuários. **K_{rural}** - 0,5*

No Anexo II, inciso II, alínea H , leia-se:

Segmento/ Setor	K_{rural}
<i>Aquicultura e Dessedentação Animal</i>	<i>0,1</i>
<i>Demais Setores</i>	<i>0,5</i>

Sendo estas as considerações necessárias e regulamentares para efeito de cumprimento do regimento interno referente ao pedido de vista realiza na 40ª Reunião extraordinária do Conselho, subscrevemo-nos.

Brasília 09, de abril de 2018.

Nelson Ananias Filho

Conselheiro Usuário/Irrigante